Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos - PNSE
• Principais doenças:
  → Raiva
  → AIE
  → Mormo
  → Brucelose
  → Tuberculose

• Comprometimento da cadeia produtiva
• Raiva:
Transmitida por morcego hematófagos ➔ Virus
Ataca diversos órgãos e glândulas
Zoonose
• Sintomas:
➔ Isolamento
➔ Não se alimenta e/ou bebe água
➔ Sinais de lacrimejamento e corrimento nasal
➔ Evolução da doença: 3 ou 4 dias o animal morre
Raiva: Formas de controle:
• Brucelose
• Formas de controle: tratamento paleativo(qualidade de vida)
• Tuberculose:
  ▪ Bactéria: *Mycobacterium bovis*
  ▪ Transmissão: via respiratória
  ▪ Rara em equinos
  ▪ Grande impacto na cadeia produtiva → Sacrificar dentro de 30 dias
  ▪ Tratamento proibido por lei → Perigoso para a saúde pública
  ▪ Profilaxia: Limpeza e desinfecção das instalações
  ▪ Impacto produtivo: Perda do animal
  ▪ Zoonose
Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE

✓ Marco legal
- Instrução Normativa nº 17 de 08/05/2008

✓ Educação sanitária
✓ Estudo epidemiológico
✓ Controle do trânsito
✓ Cadastramento, fiscalização e certificação sanitária
✓ Intervenção na ocorrência de focos de doenças de interesse
Objetivo do PNSE

✓ Estratégias para vigilância epidemiológica e zoossanitária de doenças, visando profilaxia, controle ou erradicação nas UFs.
  ✓ Anemia Infecciosa Equina
  ✓ Mormo
  ✓ Influenza Equina
  ✓ Encefalomielites Equina – vigilância síndrome nervosa

✓ Estratégias específicas – serviço estadual
Notificação de doenças

Marco legal - IN 50 de 24/09/2013

✓ “Art. 2º- § 1º A notificação da suspeita ou ocorrência de doença listada no Anexo desta IN é obrigatória para qualquer cidadão, bem como para todo profissional que atue na área de diagnóstico, ensino ou pesquisa em saúde animal.”
## LISTA DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA – ANEXO – IN 50/13

<table>
<thead>
<tr>
<th>1- Nunca registrada ou erradicada que requer notificação <strong>imediata</strong> de caso suspeito ou diagnóstico laboratorial:</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Arterite viral equina</td>
</tr>
<tr>
<td>Durina/sífilis (<em>Trypanosoma equiperdum</em>)</td>
</tr>
<tr>
<td>Encefalomielite equina venezuelana</td>
</tr>
<tr>
<td>Metrite contagiosa equina</td>
</tr>
<tr>
<td>Peste equina</td>
</tr>
<tr>
<td>2- Notificação <strong>imediata</strong> de qualquer caso suspeito:</td>
</tr>
<tr>
<td>Anemia infecciosa equina</td>
</tr>
<tr>
<td>Encefalomielite equina do leste</td>
</tr>
<tr>
<td>Encefalomielite equina do oeste</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Mormo</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>4 – Notificação <strong>mensal</strong> de qualquer caso confirmado:</td>
</tr>
<tr>
<td>Adenite equina/papeira/garrotilho</td>
</tr>
<tr>
<td>Exantema genital equino</td>
</tr>
<tr>
<td>Gripe equina</td>
</tr>
<tr>
<td>Linfangite ulcerativa (Corinebacterium pseudotuberculosis)</td>
</tr>
<tr>
<td>Piroplasmose equina Rinopneumonia equina</td>
</tr>
<tr>
<td>Salmonelose (<em>S. abortusequi</em>)</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros casos – doenças de múltiplas espécies:</td>
</tr>
<tr>
<td>Febre do Nilo (1)</td>
</tr>
<tr>
<td>Estomatite vesicular (2)</td>
</tr>
<tr>
<td>Raiva (2)</td>
</tr>
<tr>
<td>Tétano, botulismo, surra (4)</td>
</tr>
<tr>
<td>Etc.</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Marcos legais

**Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2004:** Aprova as normas para a prevenção e o controle da AIE.

**Instrução Normativa nº 24, de 5 de abril de 2004:** Aprova as normas para o controle e a erradicação do mormo.

**Portaria nº 84, de 19 de outubro de 1992:** Aprova as normas para credenciamento e monitoramento de Laboratórios de Diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina – AIE.

**Instrução Normativa nº 17, de 8 de maio de 2008:** Institui o Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos - PNSE no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**Portaria DAS nº 171 de 5 de outubro de 2011:** Submete à consulta publica, o Projeto de Instrução Normativa que aprova as Normas para Vigilância da Anemia Infecciosa Equina no Brasil.
Programa Nacional de Sanidade Equídea (PNSE)

Objetivo: Profilaxia, controle e erradicação da AIE e do Mormo

Estratégia:
- Certificação de propriedades livres ou monitoradas
- Notificação compulsória
- Atenção a focos
- Sacrifício sanitário
- Trânsito permitido apenas para animais negativos às provas diagnósticas para a doença (AIE ou Mormo)
I - *Abate sanitário*: abate dos eqüídeos portadores de A.I.E. em abatedouros com Inspeção Federal, sob prévia autorização do Serviço de Sanidade Animal da Unidade Federativa - UF de origem dos animais;

II - *Anemia Infecciosa Eqüina (A.I.E.)*: doença infecciosa causada por um lentivírus, podendo apresentar-se clinicamente sob as seguintes formas: aguda, crônica e inaparente;

III - *Animal Portador*: qualquer eqüídeo que, submetido ao teste laboratorial oficial para A.I.E., tenha apresentado resultado positivo;

IV - *Área de Alto Risco*: região geográfica na qual a A.I.E. é sabidamente endêmica e onde as condições ambientais contribuem para a manutenção e a disseminação da doença;
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45 DE 15 DE JUNHO DE 2004
Aprova as Normas para Prevenção e o Controle da Anemia Infecciosa Equina - AIE

V - Área perifocal: área ao redor do foco a ser estabelecida pelo serviço veterinário oficial;

VI - Contraprova: exame laboratorial para diagnóstico da A.I.E. realizado a partir da amostra original, identificada, lacrada e conservada a -20ºC (vinte graus Celsius negativos), para fins de confirmação do diagnóstico;

VII - Equídeo: qualquer animal da Família Equidae, incluindo eqüinos, asininos e muares;

VIII - Foco: toda propriedade onde houver um ou mais eqüídeos portadores de A.I.E;

IX - Isolamento: manutenção de eqüídeo portador em área delimitada, de acordo com a determinação do serviço veterinário oficial, visando impedir a transmissão da doença a outros eqüídeos;
X - **Laboratório Credenciado**: laboratório que recebe, por delegação do Departamento de Defesa Animal - DDA, competência para realização de exames para diagnóstico da A.I.E;

XI - **Laboratório Oficial**: laboratório pertencente ao DDA;

XII - **Lacre numerado**: lacre inviolável, com identificação numérica;

XIII - **Propriedade**: qualquer estabelecimento de uso público ou privado, rural ou urbano, onde exista eqüídeo dentro de seus limites, a qualquer título;

XIV - **Proprietário**: toda pessoa física ou jurídica que tenha, a qualquer título, um ou mais eqüídeos sob sua posse ou guarda;
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45 DE 15 DE JUNHO DE 2004
Aprova as Normas para Prevenção e o Controle da Anemia Infecciosa Equina - AIE

XV - **Quarentena**: isolamento de eqüídeo clinicamente sadio, recém-chegado à propriedade controlada, procedente de propriedade não controlada, em instalação específica, distante no mínimo 200 (duzentos) metros de qualquer outra propriedade ou protegida com tela à prova de insetos, até a constatação da negatividade do mesmo, mediante a realização de 2 (dois) exames consecutivos para A.I.E., com intervalo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias;

XVI - **Reteste**: exame laboratorial para diagnóstico da A.I.E. realizado em laboratório oficial, a partir de nova colheita de material de animal com resultado positivo;

XVII - **Serviço Veterinário Oficial**: constitui-se no Serviço de Sanidade Animal da Delegacia Federal de Agricultura - DFA da Unidade Federativa (UF) e no Serviço de Defesa Sanitária Animal da Secretaria de Agricultura da UF.
Procedimentos gerais

• As ações de campo referentes à prevenção e ao controle são de responsabilidade do Serviço Veterinário Oficial de cada UF sob coordenação do DSA

• As medidas de prevenção e controle, serão adotadas nas UF de acordo com as suas condições epidemiológicas peculiares

• Em cada UF deverá ser constituída uma Comissão Estadual de Prevenção e Controle da Anemia Infecciosa Equina – CECAIE, com atribuições:
  • Propor medidas sanitárias
  • Avaliar os trabalhos desenvolvidos
Constituição:

I - Médico Veterinário do Serviço de Defesa Agropecuária (SEDESA) SFA, que será o coordenador;

II - Médico Veterinário do órgão de defesa sanitária animal da respectiva UF;

III - Médico Veterinário indicado pelos criadores de eqüídeos;

IV - Médico Veterinário indicado pela Sociedade Estadual de Medicina Veterinária; e

V - Médico Veterinário especialista ou de reconhecida experiência em A.I.E., indicado por entidade de ensino ou pesquisa em Medicina Veterinária.
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

DEFINIÇÃO

DOENÇA INFECCIOSA QUE ACOMETE LEUCÓCITOS E O SISTEMA HEMATOPOIÉTICO DE EQUÍDEOS, CAUSADA POR UM VÍRUS DA FAMÍLIA RETROVIRIDAE
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

ETIOLOGIA

FAMÍLIA RETROVIRIDAE

SUBFAMÍLIA SPUMARETROVIRINAE

SPUMAVIRUS

SUBFAMÍLIA ORTHORETROVIRINAE

ALPHARETROVIRUS

BETARETROVIRUS

GAMMARETROVIRUS

DELTARETROVIRUS

EPSILONRETROVIRUS

LENTIVIRUS

HIV
Virus da imunodeficiência bovina
Virus da imunodeficiência felina
Virus da anemia infecciosa equina
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

ETIOLOGIA

TROPISMO DO VÍRUS DA ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

ÓRGÃOS/ TECIDOS: BAÇO, FÍGADO, PULMÕES, LINFONODOS E MEDULA ÓSSEA

CÉLULAS: MONÓCITOS E MACRÓFAGOS
CÉLULAS ENDOTELIAIS VASCULARES
ETIOLOGÍA

SENSIBILIDADE A:

ÉTER

DETERGENTES (SDS)

60 ºC/ MENOS DE 1 MINUTO

pH < 5 E > 9
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

SINAIS E SINTOMAS

PERÍODO DE INCUBAÇÃO: 5 DIAS A MESES; NORMALMENTE 7-12 DIAS

1. FORMA AGUDA: FEBRE DURANTE 1-3 SEMANAS;
   ANEMIA SEVERA, ICTERÍCIA
   HEMORRAGIAS PETEQUIAIS EM MUCOSA
   PERDA DE PESO
   ÓBITO (em 2 a 3 semanas)

2. FORMA SUB-AGUDA: ANIMAIS QUE SOBREVIVEM À FORMA AGUDA
   FEBRE MODERADA CONTÍNUA

3. FORMA CRÔNICA: RETARDO EM DESENVOLVIMENTO
   FEBRE RECORRENTE OU PERSISTENTE
   LETARGIA e DEPRESSÃO
   CAQUEXIA
   EDEMA VENTRAL
   CICLOS RECORRENTES A CADA DUAS SEMANAS

4. INFECÇÃO INAPARENTE - PORTADORES ASSINTOMÁTICOS
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

CADEIA EPIDEMIOLÓGICA

FONTES DE INFECÇÃO
Equídeos doentes
Portadores-assintomáticos

VIAS DE ELIMINAÇÃO
Sangue, sêmen, urina, leite

VIAS DE TRANSMISSÃO
1. Vetores (tabanídeos, moscas hematófagas)
2. Fômites: agulhas, seringas, instrumentos cirúrgicos, equipamentos de contenção
3. Vertical
4. Sexual

SUSCEPTÍVIES
1. Equinos
2. Asininos e muares

PORTA DE ENTRADA
Pele Mucosas
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA
Responsável pela Requisição do Exame

Médico Veterinário inscrito no CRMV

COMPETE:

Colheita do material;
Requisitar o exame a laboratório credenciado;
Responsabilidade legal pelas informações na requisição.
Exame Laboratorial

- Prova sorológica de Imunodifusão em Gel de Agar – IDGA;
- Antígeno registrado e aprovado pelo DDA;
- Resultado no mesmo modelo de requisição;
- Resultado do exame positivo, encaminhado diretamente ao Serviço de Defesa da UF, ou a outro por ele determinado;
- Resultado negativo ao Médico Veterinário requisitante ou ao proprietário;
- Levantamento sorológico para controle – sem validade para trânsito;
- Validade de 180 dias para propriedades controladas e 60 dias demais casos;
- Contra prova solicitada ao Serviço Veterinário Oficial – máximo 8 dias a partir da notificação – laboratório da primeira prova;
Exame Laboratorial

• Reteste realizado em laboratório oficial, amostra colhida pelo serviço oficial, para fins de perícia;
• Animal permanece isolado até resultado final;
• Laboratório envia relatório mensal até 5º dia útil;
• Estabelecimento produtor de antígeno encaminha mapa de Serviço de Defesa da UF.
DIAGNÓSTICO

HISTOPATOLOGIA

ERITROFAGOCITOSE

HEMOSIDEROSE

NECROSE LINFÓIDE (CASOS AGUDOS)

INFILTRAÇÃO LINFOCÍTICA (CASOS CRÔNICOS)
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

**DIAGNÓSTICO**

**DIAGNÓSTICO INDIRETO**

TESTE DE IMUNODIFUSÃO EM GEL DE ÂGAR (IDGA)
ou teste de Coggins

ENSAIOS IMUNOABSORVENTE LIGADO À ENZIMA (ELISA)

Teste de rotina antes de: entrada em eventos (rodeios, apresentações, feiras etc)
viagens (fronteiras e divisas)
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

DIAGNÓSTICO

DIAGNÓSTICO INDIRECTO

TESTE IMMUNOBLOT

PCR
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

SORO POSITIVO DE REFERÊNCIA

ANTÍGENO DE REFERÊNCIA

SORO TESTE (desconhecido)

GEL DE ÁGAR

SE HÁ ANTICORPOS NO SORO-TESTE ESPECÍFICOS PARA O ANTÍGENO DE REFERÊNCIA, COMO HÁ NO SORO DE REFERÊNCIA, HÁVERÁ EXCESSO DE ANTICORPOS E OS COMPLEXOS AG-AC SÃO RESSOLUBILIZADOS
Sorologia:

- IDGA – falso negativo durante as 2 a 3 semanas p.i.
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA
Sorologia:
- ELISA - ↗ sensível e ↗ falsos positivos confirmar com AGID, PCR

Biologia molecular
- RT-PCR – teste confirmatório
  Animais de até 6 a 8 meses de idade (diferenciação de anticorpos colostrais)
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

CONTROLE

1. testes sorológicos de rotina

2. remoção dos animais reagentes do plantel

3. restrição ao deslocamento de animais (GTA) - com seis meses ou mais de idade, é obrigatória a apresentação de resultado negativo à prova
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

CONTROLE

MEDIDAS RELATIVAS ÀS FONTES DE INFECÇÃO

DIAGNÓSTICO E CONTROLE DE TRÂNSITO ANIMAL
SACRIFÍCIO DE POSITIVOS
QUARENTENA VITALÍCIA (?)
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

CONTROLE DE FOCOS

1) interdição da propriedade

2) investigação epidemiológica de todos os animais que reagiram ao teste de diagnóstico de AIE, incluindo histórico do trânsito

3) marcação permanente equídeos portadores da AIE
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

CONTROLE

MEDIDAS RELATIVAS ÀS VIAS DE TRANSMISSÃO

1. controle da população de vetores
2. não compartilhamento de seringas, agulhas e outros utensílios que possam ser veículo de células infectadas
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

CONTROLE DE FOCOS

4) sacrifício ou isolamento dos equídeos portadores;

5) realização de exame laboratorial de todos os equídeos existentes na propriedade;

6) desinterdição da propriedade foco após a realização de dois exames com resultados negativos consecutivos para AIE, com intervalo de 30 a 60 dias, nos equídeos existentes;
7) orientação aos proprietários das propriedades que se encontrarem na área perifocal
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

Potros produtos de éguas soropositivas

1) Confirmar o status viral da égua por um reteste (IDGA).

2) Obter amostras de sangue venoso periférico do potro pré- (se possível) e pós-amamentação para sorologia (C-ELISA, IDGA, Immunoblot) e PCR.

3) Manter o potro com a mãe sob condições de quarentena apropriadas.
4) Obter amostras de sangue seriadas do potro em intervalos de 4-6 semanas (C-ELISA, IDGA, Immunoblot e PCR).

5) Se o potro mostrar um título decrescente de anticorpos (ELISA) e nenhuma evidência de material genético viral via PCR, deve ser desmamado com 4-5 meses de idade.
6) O potro deve ser mantido em quarentena por no mínimo 45 dias após ter sido separado da mãe, sendo mantido à no mínimo 200m de qualquer animal soropositivo e então retestado (C-ELISA, IDGA, Immunoblot e PCR).

7) O potro deve ser mantido em quarentena até que se determine soro-negatividade em todos os testes oficiais para AIE (IDGA, ELISA).
Propriedade Controlada

- Não apresentar animal reagente positivo em dois exames consecutivos, com intervalo de 30 a 60 dias;
- Exame de todos os equídeos uma vez a cada 6 meses com resultado negativo;
- Exames antes dos 6 meses a critério do serviço veterinário oficial;
- Certificado renovado a cada 12 meses após exame de todos os eqüídeos existentes;
- Acompanhamento sanitário – responsabilidade da assistência veterinária privada;
Ao Responsável Técnico compete:

- Manter atualizado o controle clínico e laboratorial dos equídeos alojados na propriedade;

- Comunicar imediatamente, ao serviço veterinário oficial qualquer suspeita de A.I.E;

- Adotar as medidas sanitárias previstas;

- Zelar pelas condições higiênico-sanitárias da propriedade;

- Submeter o equídeo procedente de propriedade não controlada à quarentena, antes de incorporá-lo ao rebanho sob controle;

- Encaminhar ao SSA da respectiva UF, até o quinto dia útil do mês subsequente, relatório mensal de suas atividades.
Controle de Transito

Trânsito somente com documento oficial de trânsito - GTA e exame com resultado negativo;

Eqüídeos destinados ao abate:
- Dispensa do exame;
- Veículo lacrado;
- Lacre identificado na GTA;
- Lacre rompido no destino final sob responsabilidade SIF.

Participação em eventos só com exame negativo, validade deverá cobrir todo o período do evento;

Validez do exame de eqüídeo originário de propriedade controlada reduz de 180 para 60 dias quando transitarem por propriedade não controlada;
Controle de Transito

• Dispensado o exame eqüídeo com idade inferior a 6 meses – acompanhado da mãe com resultado negativo;

• Eqüídeo com idade inferior a 6 meses, filho de positivo – isolado por 60 dias no mínimo e submeter-se a dois exames com resultado negativo consecutivos com intervalo de 30 a 60 dias antes de incorporar ao plantel;

• Ingresso no território nacional indispensável exame negativo;
Animais reagentes no teste de Fixação de Complemento, com ou sem sintomas clínicos e com resultado positivo no teste complementar (maleína ou Western Blotting).
Mormo - legislação

• **Decreto nº 24.548 de 03/07/1934:**

• **Instrução Normativa SDA nº 24 de 05/04/2004:**
  – Normas para o Controle e a Erradicação do Mormo.

• **Instrução Normativa SDA nº 14 de 26/04/2013:**
  – Exclui a realização do 2º teste de maleinização.

• **Teste de *Western Blotting*** – uso a critério DSA/MAPA.
DRIVING
PARA-EQUESTRIAN
VAULTING
REINING
EVENTING
ENDURANCE
DRESSAGE
JUMPING
Mormo - sinais
Mormo - sinais
Instrução Normativa n° 24, de 05/04/2004

- Instrução Normativa n° 24, de 05/04/2004 – Aprova as normas para o controle e erradicação do Mormon

1. Exame negativo (FC) para animais originários de estado onde a presença de mormo foi confirmada, em laboratório credenciado:
   - p/ trânsito interestadual
   - p/ eventos de aglomeração animal

2. Exame com resultado diferente de negativo (FC)
   - Notificação imediata ao SVO, para interdição da propriedade e investigação epidemiológica, com busca de possíveis vínculos.
   - Nº de exames deve ser registrado no sistema, correlacionado à propriedade.

25 laboratórios credenciados para diagnóstico de mormo no Brasil, com finalidade de transito, distribuídos em 14 estados.
2 Laboratórios da Rede MAPA – PE e PA (LANAGROs)
Instrução Normativa nº 24, de 05/04/2004

- Instrução Normativa nº 24, de 05/04/2004 – Aprova as normas para o controle e erradicação do Mormo

1. Caso confirmado:
   . Eutanásia.
   . Enterrio do cadáver;
   . Desinfecção de instalações e fômites.

2. Saneamento
   . Dois resultados negativos consecutivos em todos os animais, após a destruição de último caso confirmado (FC).

* Necropsia e colheita de material (isolamento, tipificação e sequenciamento).
Diagnóstico

Prova – Fixação de Complemento
- em laboratório oficial ou credenciado
- validade de 180 dias - propriedades monitoradas e 60 dias nos demais
- colheita de material – MV oficial ou cadastrado
- resultado no mesmo modelo da requisição
- resultado positivo encaminhado imediatamente ao SISA/SFA ou a Defesa Estadual a critério do SISA e negativo encaminhado ao MV requisitante ou ao proprietário
Diagnóstico

Animais reagentes à FC – poderão ser submetidos a teste suplementar – teste da maleína – nas seguintes condições:

1- reagentes à FC sem sintomas clínicos da doença;
2- não reagentes à FC com sintomas clínicos da doença;
3- em outros casos em que o DSA/MAPA julgar necessário.

Não será utilizado o teste complementar da maleína, nas seguintes condições:

1- reagentes à FC com sintomas clínicos – FC é prova conclusiva
2- animais de propriedade reincidente, que será imediatamente submetida a Regime de Saneamento – FC é prova conclusiva
Mormo - necrópsia
Mormo - necrópsia
Mormo - necrópsia
Teste da maleína

- Aplicação de PPD maleína – dose de 0,1 ml – via intradermica – pálpebra inferior – leitura 48 horas após a aplicação
- Realizado por Médico Veterinário oficial
- Positivos - animais com reação inflamatória edematoso palpebral, com secreção purulenta ou não,
- Animais que não apresentarem reação à maleína deverão, obrigatoriamente, ser retestados, num prazo de 45 (quarenta e cinco) a 60 (sessenta) dias após a primeira maleinização;
- Animais que permanecerem sem reação, após a segunda maleinização, terão diagnóstico negativo conclusivo e receberão o atestado correspondente (Anexo II), emitido pelo serviço de defesa oficial, com validade de 120 dias, não podendo ser novamente submetidos à prova de FC durante este período.
- Outras medidas poderão ser adotadas, a critério do DDA, de acordo com a análise das condições epidemiológicas e da evolução dos meios de diagnóstico para o controle e erradicação do mormo.
Teste da maleína
Teste da maleína
Teste da maleína
➢ Terá caráter voluntário

➢ E as condições para a sua realização serão objeto de regulamento específico a ser baixado pelo DDA.
Erradicação de Foco

• Propriedade que apresente um ou mais animais com diagnóstico de mormo positivo conclusivo será considerada foco e imediatamente interditada e submetida a *Regime de Saneamento*.

• Positivos serão sacrificados imediatamente;

• Não cabendo indenização;

• Incineração ou enterramento dos cadáveres no próprio local;

• Desinfeção das instalações e fômites,

• Equídeos restantes serão submetidos aos testes de diagnóstico

• Sacrifício dos equídeos positivos será realizado por profissional do serviço veterinário oficial e na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas;

• A interdição da propriedade somente será suspensa após o sacrifício dos animais positivos e a realização de dois exames de FC sucessivos de todo plantel, com intervalos de 45 a 90 dias, com resultados negativos no teste de diagnóstico.
Realizados em Unidades da Federação onde tenham sido confirmados casos de mormo fica restrita a animais que atendam aos seguintes requisitos:

- exame negativo de mormo, dentro do prazo de validade;
- ausência de sinais clínicos de mormo.
Trânsito Interestadual

Equídeos procedentes de Unidades da Federação onde foi confirmada a presença do agente causador do mormo deverá observar os requisitos sanitários:

- comprovante de exame negativo de mormo, dentro do prazo de validade;
- ausência de sinais clínicos de mormo.

Equídeos procedentes de Unidades da Federação livres de mormo que ingressem em Unidades da Federação onde foi confirmada a presença do agente causador do mormo e que regressem à UF de origem ou a outra UF livre de mormo devem apresentar os requisitos sanitários listados.
A notificação de suspeita de foco poderá ser feita pelo proprietário, pela vigilância ou por terceiros.

Os exames realizados para diagnóstico de mormo serão custeados pelo proprietário do animal, excetuando-se aqueles realizados para fins de vigilância sanitária ou de interesse do serviço de sanidade animal.